

Volta risco de ciranda e choque

Cabrera pede garantia contra congelamento, enquanto juro explode e cresce a insegurança

ROLF KUNTZ

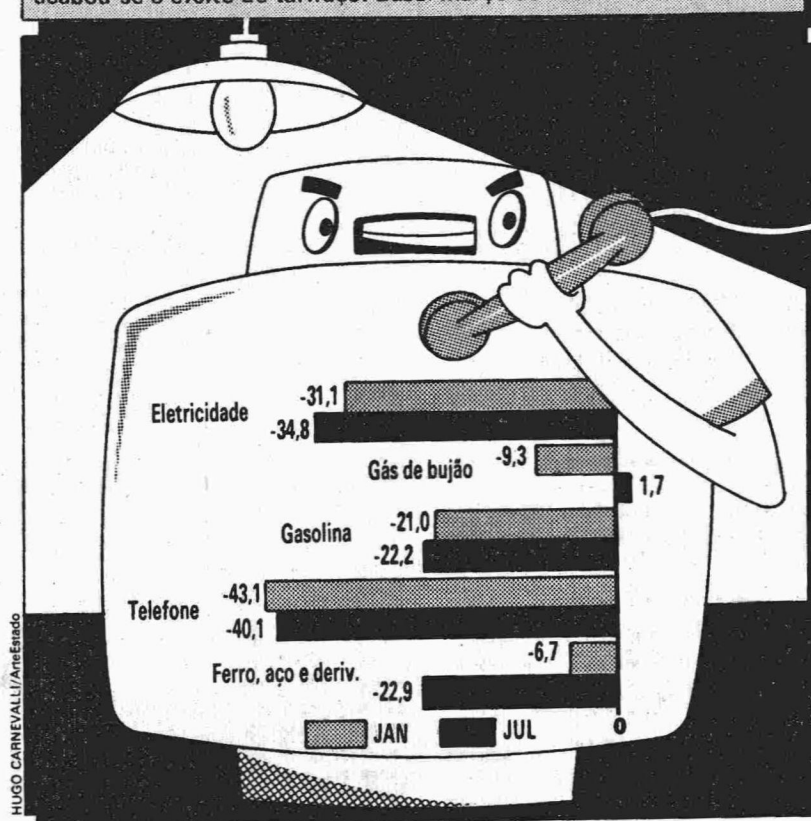
Com a inflação na altura de 14% ao mês, e com tendência de alta, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, precisa de mais do que juros altos para conter a escalada dos preços. A expectativa de novo choque se difundiu no mercado, foi sancionada por ameaça explícita no texto do Emendão e reforçada, anteontem, pelo ministro da Agricultura, Antônio Cabrera. Ele acaba de propor um projeto de lei que proíba o congelamento ou tabelamento de preços agrícolas. O ministro da Economia, segundo a primeira notícia, não se comprometeu imediatamente com a idéia.

Se o consumo for suficiente, os empresários tenderão a repassar os juros altos e isso também alimentará a inflação, advertem os economistas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em seu último boletim de conjuntura. Mesmo com redução do consumo — poderiam acrescentar — muitas empresas poderão embutir os custos financeiros em seus preços, reduzir a produção e sustentar a margem de ganho. A mera preparação para um congelamento pode levar à revisão das listas de preços.

Com ou sem a expectativa de novo choque, a inflação tende a aumentar, concorda a maior parte dos especialistas em conjuntura. Inflação em alta

Antes e depois do tarifaço

Diferença dos preços públicos em relação à média dos aumentos: acabou-se o efeito do tarifaço. Base: março de 1990



e exportação em baixa são as tendências mais firmes apontadas pela equipe da CNI (ler abaixo). A recuperação da atividade industrial deve prosseguir, mas poderá ser freada tanto pela corrosão dos salários quanto pelo aumento dos juros. O aumento da produção em julho foi confirmado esta semana pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Seu índice de nível de atividade foi 5,4% superior ao de junho.

A expansão do emprego e do bolo salarial tem sido, segundo a CNI, o principal suporte do crescimento da produção. Em julho a indústria utilizou 78% de sua capacidade. Em janeiro a utilização era de 68%. O aumento é mostrado em sondagem da Fundação Getúlio Vargas. O emprego industrial, de acordo com a CNI, tem crescido em vários Estados, assim como o grau de indexação de salários.

Essa indexação tem sido estimulada pelo aumento da inflação e pela facilidade de repasse dos custos. O descongelamento, associado ao crescimento do consumo, tem dado espaço a reajustes de preços mais velozes. Os empresários livres de controles têm procurado recompor suas margens de ganhos. Mas os preços antes controlados ainda acumulam aumentos inferiores à média. Poderá, portanto, haver pressões por novos reajustes. No caso dos preços e tarifas do setor público, mostra o estudo da CNI, esgotou-se o efeito do tarifaço do Plano Collor 2 (ver gráfico). Com a política de juros altos, o Banco Central vem tentando conter o consumo e forçar a venda de estoques, para frear a alta de preços. O efeito sobre as vendas a crédito pode ser imediato, mas essa política também deve encarecer os empréstimos à agricultura na hora mais imprópria, a do plantio. Além disso, o Banco Central pode ficar prisioneiro da espiral dos juros, se nenhum outro meio de combate à inflação for acionado. E isso não é tudo: na melhor hipótese, o Tesouro Nacional terá de ir ao mercado financeiro pelo menos para rolar sua dívida. Se precisar de dinheiro para cobrir déficit, a situação será ainda pior. O primeiro Plano Collor foi adotado principalmente para livrar o Tesouro dessa armadilha. Com os juros do CDB acima de 800% ao ano e a perspectiva de liberação mensal dos depósitos bloqueados, a ciranda financeira é um perigo claro e iminente. Quem receberá a missão de enfrentar esse risco é outra pergunta corrente no mercado financeiro.